

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

IIª série #21 (tomo 2) Jan. 2017



CERÂMICAS QUATROCENTISTAS E QUINHENTISTAS

de Torres Vedras



Gestão e Valorização de Sítios
e monumentos arqueológicos de Avis

D. Fernando II
e a Arqueologia portuguesa

A Ermida de
Nossa Senhora do Socorro
(Alcácer do Sal)



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

EDITORIAL ...3 ▶

CRÓNICAS

A Viagem do Tempo: o viço, essa beleza instável que se projecta na paisagem patrimonial | Victor Mestre...6 ▶

O Destino dos Materiais Arqueológicos | José d'Encarnação...8 ▶



Arqueologia Urbana em Oeiras | Íris Dias...43 ▶

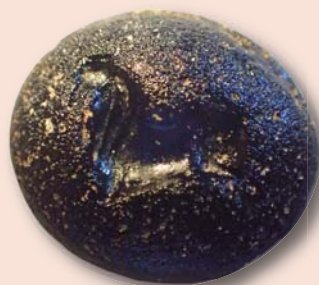
ESTUDOS

Cerâmicas Quatrocentistas e Quinhentistas do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras | Luísa Batalha, Guilherme Cardoso e Isabel Luna...11 ▶



HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

O Rei D. Fernando II e a Arqueologia Portuguesa: mecenato régio e associativismo patrimonial | Maria Teresa Caetano...54 ▶



Uma Peça Glíptica Proveniente do Sítio Arqueológico do Moinho do Castelinho (Amadora) | Graça Cravinho, Gisela Encarnação e Vanessa Dias...28 ▶

OPINIÃO

Da Gestão Pública à Co-Gestão: novos modelos de governança em áreas protegidas - uma visão desde a Arqueologia comunitária aplicada ao Parque Arqueológico / Museu do Côa | José Paulo Francisco...63 ▶

ARQUEOLOGIA

Plano de Gestão e Valorização de Sítios e Monumentos Arqueológicos: um contributo para a salvaguarda do Património megalítico de Avis | Ana Cristina Ribeiro...33 ▶



A Paz no Teatro Romano de Lisboa: um repertório clássico no palco mais antigo da cidade | Lídia Fernandes e Silvina Pereira...71 ▶

“Anatomia” de um Mito Medieval: a aldeia e a forma rádio-concêntrica | Bruno Ricardo Bairrão de Freitas...81 ▶



PATRIMÓNIO



A Recriação de Estéticas Antigas e o Influxo da Arte Nova no Couro Lavrado de Finais do Século XIX - Inícios do Século XX | Franklin Pereira...92 ▶

A Ermida de Nossa Senhora do Socorro, Alcácer do Sal: documentação referente à sua consagração em 1601, assim como outra relacionada com o espaço envolvente, desde a Comporta até ao Moinho da Ordem | António Rafael Carvalho...103 ▶

O Uso da Taipa Militar nas Fortificações Muçulmanas do Actual Território Português | Marta Isabel Caetano Leitão...113 ▶



EVENTOS

Agenda...122, 131 e 135 ▶

30.º Congresso dos *Fautores* Reuniu em Lisboa Especialistas Europeus no Estudo da Cerâmica Romana: breve crónica | Catarina Viegas...123 ▶

IX Mesa-Redonda Internacional da Lusitânia: um balanço de 25 anos de investigação | José d'Encarnação...126 ▶

Colóquio Internacional *Enclosing Worlds*: algumas notas | António Carlos Valera...129 ▶

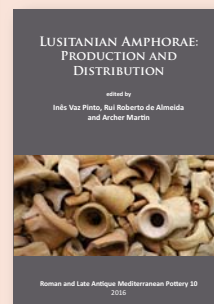
III Congresso Internacional Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas | Mila Simões de Abreu, Luís Jorge Gonçalves, Cláudia Matos Pereira e Frederico Troletti...132 ▶

Cronometrias para a História da Península Ibérica | António M. Monge Soares...133 ▶

Arqueologia em Portugal: recuperar o passado em 2015 - evento de divulgação científica | Maria Catarina Coelho, Filipa Neto, João Marques e Pedro Barros...136 ▶

LIVROS

Lançamento do Livro *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* | Inês Vaz Pinto, Rui Roberto de Almeida e Archer Martin...120 ▶



IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular | Comissão Organizadora do IX EASP...137 ▶

La Arqueología Peninsular en el Marco de las VI Jornadas de Investigación del Valle del Duero | Noelia Hernández Gutiérrez y Rodrigo Portero Hernández...139 ▶

As III Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo: um balanço final | Silvério Figueiredo e Rita Pimenta...142 ▶

Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco. Contributos para uma revisão cem anos depois: colóquio de homenagem a Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) | João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida, Ana Cristina Martins, João Carlos Senna-Martinez e Ana Ávila de Melo...143 ▶

Do Carmo a São Vicente: colóquio de homenagem a Fernando E. Rodrigues Ferreira (1943-2014) | Mário Varela Gomes, Tânia Casimiro e Carlos Boavida...145 ▶

O Destino dos Materiais Arqueológicos

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

A EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Sou do tempo em que se programava uma escavação com objectivos bem definidos e que, por isso mesmo, as entidades superiores a quem o pedido de autorização era feito habitualmente consideravam oportuna a intervenção solicitada. Como era docente universitário, acabava por levar comigo os estudantes, que, em quinze dias, eram capazes de aprender mais do que em longas sessões de aulas teóricas. Sempre pensei que é na prática que se aprende e se distingue um tijolo de uma telha... Geralmente, faziam-se os relatórios como se sabia, dando conta dos dados mais importantes e anotava-se onde iria ficar o material exumado, sem que um lugar ou outro, desde que devidamente identificado, superiormente levantasse objecções. A legislação foi-se significativamente alterando, complexificando-se, inclusive em termos de pedidos, mormente se estava em causa a solicitação de verbas. O instituto dependente do Ministério da Cultura deixou, porém, de ter verbas, sendo substituído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (herdeira do antigo Instituto Nacional de Investigação Científica); a Fundação Calouste Gulbenkian optou por apoiar acções que o Estado não estava disposto a apoiar; e as câmaras municipais, durante um certo tempo – creio que a atitude ainda, aqui e além, perdura –, acharam que essa actividade era capaz de lhes ser útil, até porque a legislação relativa aos planos directores municipais acautelava os sítios onde era presumível existirem vestígios do passado e, além do mais, se algo de interessante aparecesse, quicá um aproveitamento turístico não seria despendendo.

“ [...] a opção Arqueologia começou a ganhar adeptos e não houve Universidade que não se apressasse a criar a respectiva licenciatura. [...]. Começaram a fazer-se sondagens ou escavações de empreitada [e] relatórios meramente técnicos.

[...] E os materiais arqueológicos?”

Entretanto, a licenciatura em História deixou de desembocar na docência, por excesso de docentes e diminuição das horas lectivas, uma vez que os governantes sempre tiveram muito medo que se aprendesse História, que era “mestra da Vida”, e, para mestres, já bastavam os que nas universidades de Verão doutrinavam as respectivas juventudes... Por isso, a opção Arqueologia começou a ganhar adeptos e não houve Universidade que não se apressasse a criar a respectiva licenciatura. E começaram a sobrar arqueólogos. E, daí, veio a brilhante ideia de – como, afinal, tal poderia ser uma profissão e não suposto e mero “passatempo” em período estival – se criarem empresas e de se fazerem adequados regulamentos para o efeito, até porque, mandava a Lei, tudo o que era obra relevante carecia de um estudo arqueológico prévio.

Duas foram as conclusões, pelo menos.

Uma, a de se fazerem sondagens ou escavações de empreitada:

– Despacha-te, miúdo, que eu quero avançar com a obra!

– Mas, amigo, já reparou que o mosaico se prolonga bem para além do espaço que nos deu para escavar?

– Eram quatro metros quadrados, não eram, para aí se fixar o pilar? Portanto: cinge-te aos quatro metros, que se faz tarde.

A outra: relatórios meramente técnicos, ajustados ao que a obra pretendia e... ponto final!

OS MATERIAIS

Como se tratava de obra de empreitada, para onde iriam os materiais arqueológicos recolhidos? Já não sou dessa época e, portanto, hesito em correr o risco de avançar uma resposta. Cada qual sabe de si. E eu sei que, num domínio um tudo-nada diferente, praticamente todos os meus amigos se queixam que já não têm lugar para guardar os livros em casa. Os livros. E os materiais arqueológicos? Exemplifico, porque sempre tive muita dificuldade em tecer considerações teóricas.

A) O caco

O Ezequiel estudou um caco epigrafado e publicou-o. Deixou-o meses em cima da estante, mesmo após a publicação, até que se decidiu a propor a entrega na Câmara Municipal do território donde o caco romano saíra; a Câmara até tinha um depósito mais ou menos bem organizado e o caco ficaria lá bem, achava ele. Passaram-se novamente longos meses, longos; e nunca mais recebia autorização para a entrega, ora porque se estava a preparar um protocolo, ora porque a metodologia burocrática da aceitação ainda se não afinara... Cansou-se. Deitou o caco fora.

B) A garagem

De um momento para o outro, inesperadamente, o arqueólogo foi chamado para o Além. Achou a divindade que já trabalhara bastante e era tempo de ir repousar. E veio buscá-lo tão asinha que lhe não deu tempo para lhe pedir: “Olha lá, concede-me mais uma semaninha [a ingenuidade acompanha-nos até na hora da morte...], para eu dar umas indicações acerca dos materiais das escavações que dirigi, lembra-te?”. Pedido recusado *in limine*, que é como quem diz “quem vier atrás que feche a porta!”.

O pior é que os materiais, devidamente acondicionados em caixas, estão a atafulhar a garagem de um amigo, onde era suposto que ficariam apenas por breve temporada. O amigo apresentou o caso ao organismo competente, explicou que o arqueólogo já dormia o sono eterno, explicou que cada vez há mais larápios de carros deixados na rua e que, também por isso, carecia de espaço na garagem.

– Problema seu! Sem papéis, sem assinatura do arqueólogo, sem cadernos de campo, sem relatórios, esqueça, não aceitamos esse espólio...

Já me garantiu que vai mandar uns encapuçados pôr os caixotes, uma noite destas, à porta do organismo e lava daí as mãos, que lhe arrombaram a garagem e roubaram os caixotes!... Sabe lá ele quem foi!...

C) Os antiquários

Pois, poder-se-ia pensar em vender a antiquários à sorrelfa. Mas antiquário que se preze compra é material exumado à custa de detector de metais, que esse é que vale a pena; agora, cacos partidos... valha-me Deus! Aliás, a propósito, erguem-se, de vez em quando, vozes altaneiras contra os antiquários e o que eles compram e vendem. Talvez agora já não se ergam tanto, na medida em que, à descarada, se vendem materiais arqueológicos pela Internet e siga a procissão que o senhor padre está cansado.

Lembro-me sempre do meu querido Amigo D. Domingos de Pinho Brandão, que não teve pejo em escrever que comprara a árula a um antiquário, que identificou, bem como a respectiva quitanda e o preço que pagara. Ou, ainda, bastantes anos antes, Abel Viana, que mantinha excelentes relações com José Mendonça dos Santos Furtado e Januário, que tinha loja de antiguidades em Beja e que tudo levou depois para o seu Monte da Guerreira, em Estiramantens (Santo Estêvão, Tavira), onde mui amavelmente me acolheu e me deixou estudar as epígrafes romanas que tinha e que (suponho eu) agora são capazes de ter levado descaminho. E não comprou Leite de Vasconcelos valiosas peças a antiquários? Das que compõem o “tesouro” do Museu Nacional de Arqueologia, de quantas se sabe exactamente o contexto arqueológico em que foram encontradas? E não houve uma contenda enorme, não há muito tempo, porque se ousou comprar aos achadores o chamado “tesouro de Baleizão”? Lê-se, na edição de 30-01-2015 do *Diário do Alentejo*, sob o título “O Caminho Tortuoso de um Achado «Excepcional»”, a reportagem de Carla Ferreira, que começa assim: *“A arqueóloga Conceição Lopes conta, 11 anos depois da descoberta, aparentemente fortuita, do Tesouro de Baleizão, como se viu envolvida na sua compra pelo Museu Nacional de Arqueologia (MNA), impedindo que saísse do País pela mão de especuladores, e que consequências teve esta atuação para a sua vida pessoal e profissional. Um tesouro com duas faces. Poderia figurar em qualquer um dos grandes museus do mundo mas permanece fechado no MNA; é «excepcional» mas foi também uma espécie de maldição para os que o trouxeram à luz do dia.”*

D) Os museus e as reservas

Escrevi outro dia que o técnico de trânsito de uma Câmara achava que não se devia comprar um automóvel se não se tinha lugar para o guardar. Assim como na compra de um frigorífico: não compras se não tens espaço.

“[...] os museus locais são os lugares de preferência para arrecadar os materiais provenientes de escavações da sua área. Expõem ao público as peças mais significativas e mantêm em reserva tudo o mais, acessível aos interessados, salvaguardada (como é natural), durante algum tempo, a prioridade científica. E quantos responsáveis pela criação de museus se compenetraram da necessidade de grandes reservas para os espólios arqueológicos?”

Ora, os museus locais são os lugares de preferência para arrecadar os materiais provenientes de escavações da sua área.

Expõem ao público as peças mais significativas e mantêm em reserva tudo o mais, acessível aos interessados, salvaguardada (como é natural), durante algum tempo, a prioridade científica.

E quantos responsáveis pela criação de museus se compenetraram da necessidade de grandes reservas para os espólios arqueológicos? Lembro-me de ter ido ao Museu de História da Catalunha e, depois, os meus colegas levaram-me aos armazéns, nos arredores da cidade de Barcelona, onde, devidamente organizadas, estavam as reservas. Recordo o Museu Arqueológico de Albacete, um dos maiores repositórios de cerâmica dita “ibérica”, e a sua directora, a minha querida amiga, Rubí Sanz Gamo, fez questão em mostrar-me as reservas: aí, sim, estava o tesouro, acessível aos investigadores.

CONCLUSÃO

Não nego que se trata de um problema de solução difícil. Há, porém, que encará-lo, a todos os níveis. E, de modo especial, a partir do Ministério da Cultura e dos organismos da sua dependência. Vamos deixar de parte a intrincada burocracia, atenhamo-nos aos dados fundamentais e facilitemos os processos. A tarefa urge, se é verdade que se tem intenção de preservar um

património ímpar e de significado especial, porque, mais do que todos os outros, mostra palpavelmente o que são as nossas raízes. ✎

José d’Encarnação,
4 de Novembro de 2016